

Congresso

Trabalhadores discutem Celesc pública e o setor elétrico

Durante os dias 28, 29 e 30 de abril, cerca de 170 trabalhadores, escolhidos nas 16 regionais da Celesc como delegados, participaram das discussões sobre os rumos da Celesc e do setor elétrico, no 8º Congresso do Empregados da Celesc. Feito pelo representante dos Empregados no Conselho de Administração, Jair Maurino Fonseca, a abertura do evento contou com a participação do prefeito de Brusque, Paulo Eccel (PT), da deputada estadual Angela Albino (PCdoB), do presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, do vereador de Brusque Valmir Coelho Ludvig, além da presença dos ex-conselheiros Paulo Sá Brito e Luiz Cézare Vieira e do ex-diretor administrativo-financeiro da Celos, Sari Reni Koche. O governador, que havia confirmado a presença, desmarcou em cima da hora, provavelmente preocupado com a troca de partido, deixando os trabalhadores de sua maior empresa novamente de lado.

Já na abertura, o presidente da Celesc sentiu na pele os anseios por uma gestão que priorize a sociedade catarinense ao invés dos lucros exacerbados, quando os discursos do prefeito Paulo Eccel e da deputada Angela Albino reforçaram a certeza de que os últimos oito anos de governo deixaram a Celesc em uma situação desfavorável, numa tentativa de desmoralizar a empresa para justificar uma privatização. No entanto, a força dos trabalhadores segurou a empresa e o atendimento de qualidade à sociedade, mesmo com condições adversas e o fantasma da privatização no encaço da categoria.

O segundo dia de congresso foi dedicado às palestras. O advogado e coordenador do Movimento Consulta Popular, Ricardo Gebrim, conversou com os trabalhadores, fazendo um histórico da conjuntura política nacional e os impactos do neoliberalismo nas relações dos trabalhadores. Segundo Gebrim, existem momentos históricos favoráveis à mudanças. Para ele, o atual movimento político, que herdou da política neoliberal uma composição de classes para se sustentar, não promove as mudanças estruturais necessárias para a sociedade. A classe trabalhadora está em um período desfavorável para as mudanças estruturais que necessita e somente a sua atuação conjunta como classe

poderia gerar a força necessária para a execução destas mudanças.

A segunda palestra proporcionou um debate sobre a visão econômica do mercado, com o representante da Rio Bravo Project Finance, Fábio Okamoto, e a visão dos trabalhadores, representados pelo Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Franklin Martins. Okamoto apresentou as perspectivas financeiras para o futuro da Celesc e afirmou ser muito pouco provável uma eventual não-renovação da concessão da Celesc em 2015. Franklin fez um desabafo sobre a situação do eletricitários e da luta por melhorias dentro do setor elétrico que possibilitem uma condição digna para o trabalhador.

Cara a cara

A primeira palestra da tarde era a mais aguardada pelos trabalhadores. Pela primeira vez o presidente da empresa ficava cara a cara com trabalhadores de todas as regionais e havia expectativa pelo pronunciamento após tantas tentativas de golpe contra a empresa pública e a recorrente dança das cadeiras na presidência da empresa.

Sob pressão desde a abertura, agravada pela ausência do governador, Gavazzoni começou abandonando a apresentação que trouxe pronta. Dali em diante o presidente trouxe a palestra em explicações aos trabalha-

dores. A teoria de Gavazzoni é a de que a Celesc deve se recuperar financeiramente com uma gestão participativa e com política de consequências. Repetidas vezes afirmou, falando em nome do governador, que não há intenção de privatizar a Celesc, e que pretende ser o melhor presidente da história da empresa. Esperamos que desta vez isso não fique apenas no discurso de presidente e que a tão prometida melhoria seja enfim encaminhada.

O diretor administrativo-financeiro da Celos e ex-conselheiro, Arno Veiga Cugnier, apresentou as perspectivas e desafios da fundação para os próximos anos, fazendo um balanço das ações tomadas e deste começo de mandato.

Os trabalhadores dividiram-se em quatro grupos, e foram debatidos os aspectos positivos e negativos encontrados na atual situação política do setor elétrico e sua influência na gestão da Celesc. Com base na palestra do presidente, também foram aprovadas proposta e ações urgentes às quais a empresa deve se ater para avançar na recuperação da empresa. As propostas dos quatro grupos foram levadas para sistematização na Plenária e retiradas como resoluções do Congresso. Ao final, os trabalhadores aprovaram moção (na página 2) pela volta da aposentadoria especial para a categoria, que teve o direito retirado pelo governo FHC.

Novamente o Congresso dos Empregados da Celesc mostrou o comprometimento do trabalhador com a empresa e a determinação de mantê-la pública, competitiva e prestando serviço de qualidade à sociedade catarinense.

FOTOS: COMPANY VIDEO PRODUÇÕES



Aposentadoria especial

Comissão para contemplar reivindicação dos eletricitários

O retorno do direito à aposentadoria especial para os eletricitários voltou a ser discutido no dia 2, em reunião com o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim.

Os representantes dos trabalhadores levaram ao secretário da SPPS a proposta de incluir no decreto elaborado pelo governo a redação da NR 10 (veja ao lado). No entanto, sob a alegação de que seria necessária uma legislação específica, o secretário afirmou então que a sugestão das entidades sindicais não poderia ser acatada.

Os dirigentes sindicais, mesmo diante das negativas da Secretaria, continuaram apostando na negociação. Ficou acertado que o titular da SPPS discutirá com o Ministério do Trabalho e com o INSS a criação de uma comissão, da qual deverão participar os representantes dos eletricitários, com o objetivo de buscar uma redação alternativa, que atenda à reivindicação dos trabalhadores e que seja justificável do ponto de vista da legislação.

Proposta das entidades sindicais:

Inclusão do texto constante na NR 10:

"Sistema Elétrico de Potência (SEP): conjunto das instalações e equipamentos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até a medição, inclusive."

Texto proposto pelo governo:

RADIAÇÕES NÃO IONIZANTES

a) Campos elétricos e magnéticos

b) Campos eletromagnéticos

c) Sistema de Energia Elétrica (Sistema Elétrico de Potência)

Trabalhos na área de geração, transmissão e distribuição em tensão primária de distribuição disponibilizada no sistema elétrico da distribuidora, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 KV.

Fonte: FNU/CUT-Intersul

Moção pela volta da aposentadoria especial

Os trabalhadores da Celsco, no seu 8º Congresso, realizado entre os dias 28 a 30 de abril em Brusque/SC, mobilizados na campanha do resgate da aposentadoria especial para os empregados do setor de operação e manutenção do Sistema Elétrico de Potência - SEP, vem, através desta moção, solicitar apoio político à bancada de deputados federais e senadores de Santa Catarina, juntamente com a Ministra da Pesca Ideli Salvatti, para intervir junto ao Governo Federal na volta deste direito.

Manifestamos-nos diante da proposta do Ministério da Previdência de incluir o agente nocivo, radiações não-ionizantes, no rol de agentes que dão direito à aposentadoria especial, mas que irá atender os trabalhadores que exercem atividades em tensões iguais

ou superiores a 2.300 v. Esta medida não irá atender os trabalhadores que efetivamente estão expostos a este agente nocivo, contemplando somente em torno de 32 mil trabalhadores. Entendemos que o número de trabalhadores atingidos é superior a este e que engloba aproximadamente 90 mil trabalhadores, segundo dados da Fundação COGE.

Para os participantes deste Congresso, este direito deve ser resguardado aos trabalhadores envolvidos para proteção de sua saúde devido aos malefícios causados na exposição aos Campos Eletromagnéticos - CEMs - presentes em suas funções, conforme trabalhos desenvolvidos pela categoria e apresentados em diversos eventos organizados por órgãos federais.

Eletrosul atende parcialmente pauta dos trabalhadores

Provou-se mais uma vez que os meios de comunicação das entidades sindicais vem se tornando, na nossa sociedade, ferramentas de destaque na resistência à agressão imposta aos direitos e conquistas dos trabalhadores.

A partir da divulgação das violações cometidas contra os trabalhadores terceirizados no jornal *Linha Viva* e no boletim da Intersul, os Sindicatos que compõem a Intersul conseguiram sensibilizar a diretoria da Eletrosul a retornar à regra de proporcionalidade de pagamento do vale-alimentação para os vigilantes, ou seja: "Para o caso de jornada de trabalho com carga horária diferente de 8 horas (para mais ou para menos), o valor do vale alimentação dos trabalhadores terceirizados será calculado observando-se a proporcionalidade existente em relação aqueles com jornada de 8 horas." Outro avanço, ainda que parcial, conforme informativo

da Eletrosul divulgado em 29 de abril, é o seguinte: "Quando em licença médica, o empregado receberá o benefício até que este seja substituído na sua função."

A Intersul tem presente a percepção de que tal atitude no tratamento dos co-participantes do crescimento da Eletrosul não se deu por uma ação espontânea da diretoria da Empresa, ainda que reconheça o empenho dos trabalhadores do DGI e de outras áreas na solução dos problemas, mas sim por uma ação político-sindical.

No entanto, apesar do primeiro passo ter sido dado, a Empresa ainda não deu retorno aos Sindicatos das soluções encaminhadas para os demais problemas que as entidades elencaram: salários atrasados; indefinição do pagamento de insalubridade e falta de materiais de limpeza adequados nas áreas descentralizadas.

Segunda rodada de negociação com Eletrobras será no dia 12 de maio

A primeira Rodada de Negociação Nacional, entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a direção do Sistema Eletrobras para debater a Pauta de Reivindicação dos trabalhadores, serviu apenas para uma discussão preliminar da pauta, pois os debates se concentraram na PLR, mais especificamente em uma data para o pagamento, no Conselho de Administração, no que se refere à importância de se definir as regras para eleição dos trabalhadores para o referido conselho e da agenda de negociação do ACT. A segunda rodada será no dia 12.

A direção da Holding neste primeiro encontro usou a sua conhecida estratégia de não apresentar nada de novo, se limitando a dizer que ainda estuda as reivindicações dos trabalhadores. Mesmo sobre a PLR, se limitou a informar que depende do resultado do balanço financeiro da Eletrobras, que está atrasado, não por culpa dos trabalhadores, mas sim desta gestão, para dar uma data para o seu pagamento.

O CNE voltou a cobrar uma posição sobre o pagamento da PLR, lembrando que a mesma sempre foi paga nos

primeiros dias de maio, pois é uma conquista dos trabalhadores ao longo de anos de luta.

Com relação ao Conselho de Administração, uma conquista histórica dos Sindicatos cutistas e da FNU, ficou acertado que as regras para eleição serão feitas com a contribuição dos Sindicatos e haverá um calendário único, obedecendo o que determina a Lei no que diz respeito às regras.

Na próxima rodada de negociação vamos discutir ponto a ponto nossa pauta, sem qualquer tipo de desculpa. Qualquer tipo de postergação será repelida, não somente na mesa de negociação, como também nas empresas com a nossa mobilização. Também foi negociado a prorrogação do ACT atual 2010/2011, que foi até 30 de junho de 2011.

CALENDÁRIO DE NEGOCIAÇÃO

2ª RODADA - 12/05 - RIO DE JANEIRO

3ª RODADA - 26/05 - BRASÍLIA

4ª RODADA - 09/06 - BRASÍLIA

Fonte: Intersul

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista: Miriam Santini de Abreu (DRT/RS 8077). Estagiário: Rafael Spricigo. Conselho Editorial: Rinaldo de Souza. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Bolsa de Oportunidades está sob suspeita

Contrariando noções básicas de administração de empresas e de gestão de pessoas, a diretoria da Eletrosul está propensa a manter a sua decisão de não aproveitar os empregados selecionados na Bolsa de Oportunidades da Auditoria e dando "preferência", na ocupação dessas vagas, a duas pessoas advindas do Concurso Público e que ainda entrarão na Empresa.

Visando sensibilizar e convencer a diretoria do equívoco dessa atitude, os Sindicatos que compõem a Intersul enviaram, no mês de abril passado, três correspondências para a Eletrosul. Não bastasse isto, em reunião com o diretor de Gestão, no dia 28 de abril, os representantes da Intersul buscaram mais uma vez chamar a atenção para o problema.

Nesse encontro foi enfatizada a contrariedade dos trabalhadores e dos Sindicatos com o processo e alertado que, se não houvesse outro encaminhamento, a Bolsa de Oportunidades da Auditoria ficaria sob suspeita e colocaria esse instrumento de gestão de pessoas em total descrédito. Apelando ainda para o bom senso, os dirigentes sindicais afirmaram que, se houve algum erro de decisão, esta poderia e deveria ser corrigida em benefício dos trabalhadores e para o bem da própria Eletrosul.

Pelo que tudo indica, a diretoria, que se diz aberta a ouvir os empregados, está se fingindo de surda e cega. Senão vejamos:

1) Desconsidera o que estabelece a CI DGP-0309/2006 - "Todas as vagas aprovadas deverão ser, prioritariamente, oferecidas ao corpo funcional por intermédio do aplicativo Bolsa de Oportunidades" (conforme reafirmado em documento da Empresa de 14/04/11);

2) Descumprir o que determina a Norma Gerencial NG-043 - Captação de Pessoal, versão 4, em seu capítulo IV, item 1 - "O preenchimento de vaga ocorre, preferentemente, com recursos humanos existentes na Empresa...";

3) Desobedece vários itens da Política de Gestão de Pessoas das Empresas do Sistema Eletrobras, dentre os quais destacamos: "A gestão de pessoas deve estar direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas";

4) Ignora Diretrizes de Gestão de Pessoas do Sistema Eletrobras - dentre as quais destacamos - "Assegurar a qualidade dos processos de seleção, movimentação e sucessão de pessoas...";

5) Desqualifica os empregados selecionados na referida Bolsa, ao não aproveitá-los na Auditoria;

6) Desvaloriza a Bolsa de Oportunidades, constante inclusive de Acordo Coletivo de Trabalho;

7) Desrespeita os trabalhadores e suas entidades sindicais.

A diretoria da Eletrosul, por descumprir regras



ILUSTRAÇÃO FRANK MAIA

estabelecidas na Empresa e no Sistema Eletrobras, acima mencionadas, por descumprir cláusulas de acordo coletivo, como no caso da imposição da Política de Operação, e por desrespeitar os empregados e suas entidades representativas, joga por terra seu discurso e mostra uma prática abominável.

Agindo assim, não ajuda a unificar e fortalecer o Sistema Eletrobras e não conquista o respeito dos trabalhadores e das entidades sindicais, desta forma não favorecendo um bom ambiente de trabalho.

NOTINHAS

Sindicato leva saúde e setor elétrico à sociedade

Temas como o setor elétrico e a saúde do trabalhador estão cada vez mais na pauta dos Sindicatos e da população em geral. O Coordenador Geral e Diretor de Saúde e Segurança no Trabalho do Sinergia, Mário Jorge Maia, fará palestra no dia 5, quinta-feira, no auditório do Sindicato dos Bancários em Florianópolis. O tema do Seminário é Saúde do Trabalhador, em promoção do Sindes, entidade que representa os trabalhadores em Sindicatos. Também será palestrante Elisa Ferreira, psicóloga e assessora em Saúde do Trabalhador do Sindprevs-SC.

No dia 3, o Diretor de Formação e Imprensa, Rinaldo de Souza, conversou com estudantes da oitava série do Colégio de Aplicação da UFSC sobre o "Modelo do Setor Elétrico Brasileiro e suas Consequências no Estado".

Alesc fará Audiência Pública no dia 11

Os eletricitários estão convidados a participar da Audiência Pública no dia 11 de maio, às 9 horas, no Plenário Osni Régis da Assembléia Legislativa, que irá discutir os impactos da queda de energia elétrica em diversas regiões catarinenses.

Sinergia tem Reunião de Planejamento

Nos dias 11, 12 e 13 de maio haverá Reunião de Planejamento do Sinergia para os próximos três anos.

Todo trabalhador têm direito à Greve

Quando se fala em Greve os juizes federais reagem de forma contrária aos trabalhadores, mas

não foi o que aconteceu no dia 27 de abril, quando os magistrados realizaram paralisação por, além de outras demandas, reajuste salarial de 14,79%. O movimento foi liderado pelo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e deve anunciar se haverá Greve em até 90 dias.

Seguindo o mesmo exemplo, os Procuradores da República também podem paralisar as atividades por um dia para cobrar, entre outras coisas, o reajuste do subsídio da categoria.

A Greve é uma extensão da negociação e pode ser usada como instrumento de pressão quando uma categoria tem seus pedidos negligenciados. A Constituição Federal, em seu artigo 9º e a Lei nº 7.783/89, assegura o direito de Greve a todo trabalhador, competindo-lhe a oportunidade de exercê-lo sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Sobreaviso

A farra do sobreaviso dos gerentes da Celesc continua provocando críticas e indignação. Todos os finais de semana e feriados estão lá os mesmos nomes de gerentes, mas não são eles que botam a mão na massa, e sim nós, os mortais. Os iluminados, que já ganham gratificação (bônus), ficam só no celular da empresa, sem sair de casa. Com a palavra o diretor técnico.

Potência do dizer

O que cabe na palavra?

A que veio a palavra, senão para reinventar caminhos. Para sucumbir momentos de plenitude. O dom de dizer, de escrever, não é fruto da soberba, do exacerbado ego, mas um ato que deve elevar a vida a sua condição mais humana.

Em que mundo mora a natureza humana, a razão de sua existência plena? O que cabe no universo, cabe na palavra, e fora dela o mundo é mudo, o mundo é surdo, o mundo é cego.

Moldar o mundo humano significa usar a palavra para o esplendor da liberdade – essa expressão genuína, de infinito significado. Cada palavra dita e escrita servirá para cavar espaços ao encontro do eu e do outro.

Que a palavra eu mais você dê novo sentido ao nós, a um coletivo permeado de amor e solidariedade. Que a vida criativa suplante o sufoco da vil sobrevivência, que preencha o oco do acúmulo de coisas imprestáveis para o anúncio da aurora.

Se vier da profunda razão de dizer o que deve ser dito, o que deve ser escrito, não há o que temer. Calar-se é silenciar o sentido da alma, é desfigurar a essência da mente.

**Dino Gilioli, trabalhador da Eletrosul
e dirigente do Sinergia**

Palavras são riscos

A palavra se perde, é mal interpretada, se apaga borrada. Falta algo com o texto: o contexto. Quase tudo não cabe nela. O amor - que pobre - ainda que fosse eros, filiofilos e ágape não expressaria o que é esse sentimento.

Surfar na superfície não se aprofunda do que é surfar, porque não há nada, a não ser fazer, que explique o que isso é. Tudo é seco demais para tanta água, lerdo para sua velocidade, inexpressivo para sua pressão.

A letra é um risco na partitura, o que vale é a música. Até o silêncio é difícil. Às vezes breve, longo, mas nunca entendido por quem não ouviu sua presença.

A palavra é uma tentativa derrotada, insistente e insuficiente. É apenas um código. O que tem valor está antes e depois delas. Se tiver importância, é por ser ela um elo. A que veio não! Mas de e para onde vai.

Reinventou caminhos? Sei lá, certa vez um pintor disse que demorou vários anos para fazer aquele quadro em um dia. Ainda hoje tem gente que não entende. Palavras e pinturas são riscos feitos por quem se arrisca a fazê-las.

Rodrigo Luis Galvão, trabalhador da Eletrosul